

USP propõe obras para reduzir erosão das praias

Poli-USP apresenta duas opções; Codesp entrega estudo para análise da Prefeitura

SANDRO THADEU

DA REDAÇÃO

A Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP) apresentou ontem, na sede da Companhia Docas do Estado (Codesp), o estudo inicial de Engenharia para amortecer o ataque das ondas e minimizar os efeitos da erosão na Ponta da Praia, em Santos.

O trabalho, encomendado pela estatal que administra o Porto, foi entregue pelo presidente Alex Oliva ao prefeito Paulo Alexandre Barbosa (PS-DB). O dirigente da estatal acredita que o resultado final que apontará a melhor e mais viável intervenção no local estará concluído até dezembro.

A equipe do Departamento de Engenharia Hidráulica e Ambiental da Poli-USP apresentou duas alternativas para minimizar o assoreamento naquela região.

Os resultados foram obtidos a partir de informações sobre ondas, correntes e marés verificadas na Ilha das Palmas e no Canal do Estuário. Os dados foram usados nas modelagens matemáticas e computacionais que apontaram os cenários previstos com a adoção de cada uma das opções.

As soluções verificadas são parecidas. As técnicas consistem na instalação de um molhe – uma espécie de quebra-mar – para reduzir a força das ondas quando chegam à linha da costa. Isso causa a perda de energia das ondas, evitando transtornos à população.

Conforme José Carlos de Melo Bernardino, professor do departamento, essa proteção de 2,3 quilômetros de extensão sairia da margem do canal do estuário de Santos e seguiria paralelamente à faixa de areia até a altura do Canal 4.

OPÇÕES

Na primeira opção, a estrutura não seria contínua. Cada bloco teria cerca de 300 metros e um espaço de 100 metros entre eles. Isso é necessário para a renovação das águas, uma condição sanitária importante, segundo o docente.

Na segunda alternativa, o quebra-mar seria contínuo, mas ficaria submerso. Ele não ficaria visível para o público, ao contrário da opção anterior. Verificaram-se, ainda, os impactos dessas estruturas se ficassem a 250 metros e a 500 metros da faixa de areia.

“Essa distância da costa de cada uma das estruturas é fundamental na escolha do projeto: quanto mais distante (da linha da costa), menor o efeito que ela tem sobre o transporte de sedimento, mas reduz menos a energia das ondas”, disse.

As projeções levaram em consideração os resultados sobre os efeitos das forças das ondas, transporte de sedimentos, renovação da água e, em especial, as mudanças no perfil da praia.

Na projeção da Poli-USP, as melhores opções seriam aquelas na qual o quebra-mar ficaria a uma distância maior da costa, independentemente de a estrutura ser contínua (submersa) ou segmentada.

“A resposta definitiva para essa dúvida e os custos de uma obra desse porte dependem ainda de estudos de outras áreas de Engenharia. O nosso trabalho tem o foco de dar uma direção e apresentar possíveis saídas para esse problema emergencial”, destacou.

Conforme o docente, o estudo apontou que as obras de proteção contra a erosão da Ponta da Praia não provocarão prejuízos na corrente das águas do canal de acesso ao estuário, nem atrapalhariam a operação do Porto.

O que se planeja

Alternativas 1 e 2:

estrutura segmentada, com espaços entre os blocos de cerca de 100 metros



Alternativas 1B e 2B:

estrutura contínua, que ficaria submersa



José Carlos Bernardino, da USP, descreve que molhe iria da margem do canal do estuário até o Canal 4

Codesp e Prefeitura agirão juntas

Ideia

A *Tribuna* havia defendido que a melhor opção para conter a erosão da Ponta da Praia era a construção de molhes naquela região. Em 20 de setembro de 2015, o jornal publicou reportagem sobre o tema. Os especialistas ouvidos pela Reportagem comentaram que esse tipo de estrutura poderia proteger a faixa de areia, mas que a adoção dessa alternativa demandaria estudos mais aprofundados.

idade do engajamento da Codesp com a Prefeitura na busca de soluções que a população

clama para os problemas verificados na Ponta da Praia”.

DINHEIRO

O prefeito Paulo Alexandre Barbosa afirma ter alternativas para viabilizar o projeto. Uma delas, o uso de R\$ 3,482 milhões, oriundos do pagamento de uma multa proveniente de um acidente ambiental no Porto. A verba já foi liberada pelo Ministério Público Estadual.

“Essa obra importante causará um grande ganho para a Ponta da Praia. É uma necessidade para a Cidade. Esse aprofundamento técnico e os projetos de Engenharia são fundamentais para que a gente possa dimensionar custos, viabilizar as parcerias e tirar essas obras do papel”, diz.